



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO ILA

ATA 38/2021

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, na sala virtual de reuniões do ILA, às catorze horas e trinta minutos, realizou-se a trigésima sétima reunião extraordinária do Conselho do Instituto de Letras e Artes. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Elaine Nogueira da Silva, Roseli Aparecida da Silva Nery, Guilherme Mello dos Santos, Michele Ferreira Fanke, Artur Emilio Alarcon Vaz, Normélia Parise, Rodrigo da Rosa Pereira, Daniela Schneider, Kelli Machado da Rosa, Sabatha Catóia Dias, Antônio Carlos Mousquer, Cláudia Mentz Martins, Daniele Corbetta Piletti, Eliane Misiak e Laís Costa. Intérpretes de Libras: Mariele Prisco e Viviane Louro. Ausências justificadas: Adriana Moreira Silveira, em férias. Convidados: Rita Patta Rache. **Ponto único de pauta a ser aprovado: Estudo e proposição(ões) para a oferta de disciplinas para o semestre 01/2022.** A vice-diretora Roseli abriu a reunião, relatando sobre a reunião de diretores com a Reitoria no dia 10/12/2021 e sobre a necessidade do ILA se colocar e se organizar em relação à terceira fase do retorno gradual às atividades presenciais na universidade, prevista, em princípio, para abril de 2022, quando retornariam as atividades presenciais de ensino, pesquisa e extensão à presencialidade. Continuou sua fala, informando que um dos pontos de pauta da referida reunião com a Reitoria foi o Calendário Acadêmico, voltando a ter 18 semanas de atividades, sem pontos facultativos de dias intermediários de feriados em terças e quintas-feiras, porém este calendário ainda não foi votado pelos conselhos superiores da FURG. Relatou que o distanciamento mínimo não está mais sendo levado em conta no ensino estadual, o que pode impactar a universidade com relação a esse tema, mas que o ILA pode adotar procedimentos neste sentido, mesmo que não seja obrigatório na universidade como um todo, ressaltando que ainda estamos respeitando distanciamento social mínimo de 1,5 m e/ou 2 m, conforme orientações sanitárias da Comissão de Proteção e Cuidado. Reforçou a orientação da manutenção dos cuidados pessoais sanitários em relação à biossegurança (uso de máscara, higienizar as mãos com água e sabão, ou álcool gel 70%, ventilação natural e adequada, etc), como medida primeira para evitar a contaminação por Covid-19, apontando a necessidade de se pensar no número de estudantes por turma, número de turmas (o que poderá duplicar a carga horária dos docentes), número de vagas ofertadas para matrícula e os critérios para a ocupação das mesmas, sendo que a terceira fase será determinada com a emissão de nova portaria por parte da Reitoria, que irá normatizar essas e outras questões, conforme já ocorrido nas fases 1 e 2 do retorno presencial gradual. Informou que a professora Camila Lawson é a representante do ILA na comissão que irá redigir essa nova portaria, que levará à Comissão a posição do ILA sobre esse retorno. Laís perguntou sobre se já se sabe quantos estudantes estão em Rio Grande e quantos não estão, ao que a professora Roseli respondeu que ainda não se tem essas informações sendo que alguns estudantes desejam permanecer no remoto, por não residirem em Rio Grande e por terem poucas disciplinas a cursar para finalizar seus cursos, demanda sobre a qual ainda não foi decidido se será acolhida ou não. A professora Camila relatou que estava na expectativa de um ensino híbrido, porém, conforme informado pela COMGRAD não há respaldo legal para este tipo de ensino na universidade, para os cursos presenciais, e crê que não haverá normativa do Conselho Nacional de Educação para o ensino híbrido, o que aponta a retomada presencial integral em abril de 2022, sendo endossada pela professora Roseli. Alternativas possíveis seriam, em princípio, o REAE - Regime Emergencial de Atividades e Estudos para situações pontuais, onde a presença do(a) estudante seja perigosa a ele(a) e aos demais, caso a caso, normatizadas pela PROGRAD. A professora Elaine, presidente do Conselho, assumiu a condução da reunião e, explanando sobre a reunião da ANDIFES, informou que as universidades que iniciarão o semestre 1/2022 até agosto estarão ainda respaldadas pelo período emergencial, a FURG inclusa, pois iniciará em abril de 2022, sendo que o semestre letivo 1/2022 já será integralmente presencial. Sobre o orçamento, explicou que será o mesmo de 2021, porém, a ANDIFES irá tentar negociar para que seja pelo menos igual ao orçamento de 2019, o que deixaria a situação financeira da universidade um pouco melhor do que no momento, apontando também que a Reitoria entende que o CNE não irá legislar sobre atividades híbridas de ensino. Apontou que a IN 90/2020, que resguarda o direito de trabalho remoto para servidores maiores de 60 anos, assim como para os que tem comorbidades, poderá ser revogada em 2022, acenando para um retorno presencial nos moldes pré-pandêmicos. Explicou que diretores de unidades acadêmicas expuseram suas preocupações com o uso dos laboratórios de suas unidades, que atendem vários cursos, dado serem antigos e pequenos, e que uma das soluções possíveis seria a criação de laboratórios de campanha, com a

ocupação de outros espaços da universidade para continuidade do funcionamento. Sobre o aumento da carga horária docente, com maior número de turmas para manutenção do distanciamento social mínimo, relatou que esta é uma questão que pode ser tratada pelo ILA, independente de normativa universitária, e que pode ser discutida e decidida pelo instituto, com as unidades acadêmicas da FURG em fase de levantamento de carga horária docente/número de estudantes por professor(a), discussão já iniciada no ILA. A limitação de número de vagas poderia ser pensada para os estudantes regulares, mas não para os ingressantes, em que há turmas de 50 alunos, e para as turmas de disciplinas comuns a dois cursos ou mais, com 50 estudantes ou para além disso, levando-se em conta os reprovados, os trancamentos etc. Falou sobre a reivindicação dos diretores para compor as comissões da PROGRAD, que vem desde o ano de 2020, ainda não atendida, ressaltando a importância do trabalho conjunto entre direção e coordenações para revisão da deliberação do ensino emergencial na FURG, para que as proposições da unidade sejam levadas para a PROGRAD e possam colaborar na confecção de uma nova deliberação sobre o assunto. Sobre testagem, a diretora explicou que levou isso para reunião com a Reitoria, sendo que o Reitor apontou que poderá haver um certo número de testes que poderiam ser usados na universidade, através de doação do Ministério da Saúde, pois a FURG não tem dinheiro para a compra dos testes, sendo negociados pela Reitoria. Diante do exposto, explicou que a direção do Conselho do ILA resolveu chamar uma reunião com a presença dos representantes de área, para iniciar a discussão dessa pauta e para, com colaboração das coordenações de curso, iniciar o levantamento das questões já aqui explanadas (número de turmas, número de estudantes, vagas, etc) para o retorno presencial mais seguro possível. Ressaltou que as áreas façam junto aos professores o levantamento de número de alunos por disciplina, para pensar o espaço físico necessário para o ensino presencial. Ato contínuo, a professora Elaine abriu espaço para os questionamentos. Lais trouxe o questionamento dos estudantes, sobre retorno presencial face à existência de comorbidades em parentes que se frequentam ou coabitam e a oferta de vagas nas disciplinas, caso sejam limitadas, preferencialmente a estudantes ingressantes e concluintes, se isso iria prejudicar os demais estudantes, além da questão do já falado aumento da carga horária dos professores e divisão das turmas, como se daria essa distribuição ao longo da semana. A professora Elaine respondeu que o medo da exposição à contaminação é geral, servidores, estudantes, e que por isso é que se está pensando na forma mais efetiva e segura de retornar ao ensino presencial. Salientou também, que a presente reunião é para que se comecem as discussões sobre como este processo se dará, o que passa pelo levantamento dos estudantes que deveriam ter cursado disciplinas dos seus respectivos semestres dentro do curso e não cursaram no período remoto, aulas dos cursos noturnos, entre outras. Apontou que as mudanças na deliberação que trata do período emergencial universitário devem necessariamente passar pela PROGRAD onde há representação do ILA, na pessoa da professora Camila Lawson. A professora Claudia explanou que, como representante da área da Literatura, enviou e-mail aos colegas de área perguntando sobre como se sentiam em relação ao retorno ao ensino presencial, e respondeu que alguns se sentiam confortáveis sobre esse retorno com turmas cheias, inclusive, outros não, ela inclusa neste segundo grupo. Disse ainda que não tem uma ideia mais exata de quantos alunos estão na situação de ainda ter que cursar disciplinas que deveriam ter sido cursadas em semestres anteriores, em função da alta taxa de reprovação nas disciplinas em que ela ministra aulas, por desistência da disciplina. Falou que vê com preocupação a questão do horário dos cursos noturnos, pois não há espaço físico para que as turmas sejam duplicadas, e que para começar a achar solução para essas demandas é necessário que se saiba o volume de alunos que estarão matriculados nas disciplinas para o primeiro semestre letivo de 2022, para poder organizar corretamente a oferta de disciplinas para o próximo período. A professora Camila trouxe a informação que pela atual deliberação é possível solicitar REAE para uma turma inteira, conforme o contexto, então, se a nova deliberação mantiver esse ponto, havendo professor(a) e/ou estudante que esteja em grupo de risco, para as turmas deste docente/estudante haveria esta possibilidade, podendo ajudar na resolução da questão do espaço físico para divisão de turmas. Apontou que houve muitos trancamentos, parciais e totais, nestes últimos semestres, e que o levantamento referido poderia trazer uma perspectiva, mas não solução, dado o fato de que a justificativa dos trancamentos por parte dos estudantes era a dificuldade de acompanhar o ensino de forma remota. Disse que pensa que uma maneira mais efetiva de garantir o distanciamento social mínimo seria reduzir a oferta de vagas para as turmas mais cheias, negociando os casos excepcionais que aparecessem, acrescentando que o REAE poderia ser utilizado também em turmas muito numerosas (caso não haja redução da oferta de vagas). A professora Elaine enfatizou que essas demandas devem ser repassadas para a PROGRAD, para que entrem na discussão das mudanças da deliberação do período emergencial, no que a professora Camila concordou. A professora Camila discorreu sobre o provável grande número de pedidos de quebra de pré-requisito que as coordenações irão receber, em especial de alunos que desejam terminar seu curso ainda no período de ensino remoto, e apontou a necessidade de se definir os critérios que irão nortear as decisões sobre esses pedidos. Houve um debate sobre se as solicitações de quebra de pré-requisito devem ser todas analisadas

e votadas pelo Conselho, em vez de analisadas e deliberadas pelas coordenações de curso com apoio dos NDEs, ou se só os casos em que houver discordância entre solicitante e a decisão da coordenação de curso devem passar pelo Conselho. A professora Elaine solicitou que os professores Artur e Camila verifiquem essa informação junto à PROGRAD. A professora Camila trouxe a questão do uso previamente agendado dos laboratórios de Informática do ILA, e disse que os tutores digitais poderiam vir a trabalhar presencialmente no caso de haver turmas presenciais usando os laboratórios em que houvesse alunos que necessitem deste auxílio. Crê que os benefícios que o uso do AVA trouxe ao ensino devam ser preservados, e que ele continue a ser usado como ferramenta pedagógica digital. Inquirida pela professora Roseli, a professora Camila relatou ainda que na última reunião do COMGRAD as dúvidas foram as mesmas surgidas na presente reunião, e que as unidades discutiriam as questões trazidas pela direção após a reunião com a Reitoria. A professora Daniela explanou sobre a necessidade de se pensar o retorno presencial de forma gradual, e acredita que as medidas sanitárias, como o distanciamento, se não forem respaldadas por normatização universitária, não serão respeitadas devidamente e, assim, não terão a efetividade esperada. Acredita que o REAE é uma opção interessante para docentes e estudantes, mas que precisa estar respaldado normativamente, devendo ser levada para a COMGRAD. A professora Claudia questionou a professora Elaine sobre se a questão da ocupação da Casa do Estudante, quando do retorno das atividades de ensino presenciais, já estava sendo pensada pela Reitoria, dado o fato de haverá provavelmente mais procura do que oferta de vagas, no que a professora Elaine respondeu que sim, sendo endossada pela professora Roseli, que afirmou que os questionamentos estudantis deverão ser um dos embasamentos das decisões das instâncias superiores da universidade. A professora Eliane Misiak trouxe a questão do transporte público e da sua qualidade, entendendo que o ILA não é o responsável por responder a essas questões, mas que gostaria de saber se há conversação entre universidade e prefeitura para melhorar o transporte, como maior oferta de horários, ao que a professora Elaine respondeu que sim, já estava havendo esse diálogo, porém ainda sem maiores resultados. A professora Daniele expressou também sua preocupação com o número de alunos nas turmas. A professora Claudia perguntou se já havia calendário de oferta para a graduação, para que as áreas possam se organizar frente a todas as questões até ali levantadas, e a professora Elaine respondeu que já havia no calendário universitário o período de solicitação de matrícula para os estudantes, então possivelmente o período de ofertas deveria ser entre final de janeiro e início de fevereiro. A professora Rita explanou sobre os colegas levarem à COMGRAD a necessidade de definição destas datas, e a professora Camila disse que o calendário acadêmico para o próximo ano letivo deve estar sendo aprovado pelos próximos dias, e as datas dos procedimentos de oferta e outros, idem. O professor Artur falou sobre a PROGRAD estar definindo o calendário das ofertas de forma tardia, e com prazos apertados, nos últimos semestres letivos, o que aparentemente estaria acontecendo igualmente com a aprovação do calendário acadêmico por parte dos conselhos superiores da universidade. A professora Elaine explicou que os conselheiros do COEPEA, que irão aprovar o calendário, já tomaram conhecimento deste, na última reunião realizada. O professor Artur apontou que é produtivo que os conselheiros tenham tempo de ler o material antecipadamente, sem precisar tomar conhecimento somente na reunião que irá decidir sobre a questão, para poderem opinar e decidir com embasamento, o que não vem ocorrendo com as reuniões da COMGRAD. Discutiu-se sobre o calendário do ano letivo de 2022, e a professora Rita explanou sobre a necessidade destas discussões serem levadas a toda comunidade acadêmica, já que toda ela é impactada por estas decisões. Disse que entende a necessidade de ajustar o calendário acadêmico com o calendário civil, porém não entende que esse processo deva ser apressado, posto que os prazos do calendário acadêmico não estão permitindo o devido descanso, em período de férias (dias corridos) para docentes e estudantes, proporcionando períodos de férias curtos, o que, segundo a professora, não são suficientes para o necessário descanso físico e mental, o que impacta o estado psicológico da comunidade acadêmica de forma negativa, causando estresse, depressão, entre outros males físicos e psicológicos. Entende que o mês de janeiro em Rio Grande, dado o fato do RS ser um estado que tem meses de calor e frio, com clima sazonal, devesse ser utilizado como período preferencial de férias, como habitualmente acontece na universidade. Entende ainda que a administração da universidade comete desrespeito e arbitrariedade ao impor o calendário acadêmico do ano letivo de 2022 da maneira como ele se apresenta atualmente. Compreende que no ano de 2021 esta situação não poderia ser contornada, dada a pressão que o segundo ano pandêmico trouxe para a administração da FURG, mas que tal não deveria se repetir para o ano de 2022. A professora Elaine explicou que os 45 dias de férias dos docentes estão garantidos, nos períodos entre semestres letivos, mais curtos (15 dias a 01 mês, dependendo se a disciplina é anual), e entre anos letivos, mais longos (no mínimo um mês). Informou também que os diretores de unidades acadêmicas solicitaram para a PROGEP a flexibilização do período mínimo de 60 dias de antecedência para marcar férias no sistema, para 30 dias, dado o fato de que neste período emergencial e com curtos espaços de tempo entre semestres os docentes podem não conseguir se organizar para gozar férias com 60 dias de antecedência. A professora

Camila disse que atualmente a comunidade acadêmica, em especial os professores, estão muito cansados e isso pode estar causando certa apatia e dificuldade de pensar soluções para os problemas propostos nesse momento, causando a não participação dos colegas docentes nas decisões administrativas, que procuram ser, na medida do possível, participativas e democráticas. A professora Elaine concordou com a professora Camila, sendo que esta última explicou sobre a possibilidade de no mês de janeiro de 2022, sob agendamento prévio, os professores começarem a dar atendimento presencial para os estudantes que assim o desejarem, como uma forma de contornar em parte a volta abrupta ao ensino presencial em abril de 2022, algo já exposto pela professora Daniela na presente reunião, num resgate dos alunos para as atividades presenciais na universidade de forma gradual. A professora Camila e a professora Elaine comentaram que os técnicos e as gestões administrativas não terão recesso, que é somente acadêmico, entre dias 23 e 31 de dezembro do corrente ano. A professora Rita discorreu sobre a questão do esvaziamento da participação dos docentes nas decisões administrativas, ponderando que isso possa se dever a uma não escuta por parte da administração, que traz decisões prontas, que podem sofrer pequenos ajustes, somente. Questiona se os posicionamentos levantados na presente reunião serão levados em conta nas decisões administrativas universitárias. Entende que tem sido difícil conciliar a quantidade de atividades docentes que já existia antes da pandemia, com as atividades que agora são realizadas em função do período emergencial pandêmico, que requer do docente um envolvimento intenso, mesmo que remoto, com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Diante do exposto, coloca sua posição contrária ao calendário acadêmico do ano letivo de 2022 tal como ele está proposto. A professora Elaine apontou que o intervalo entre semestres está mantido como era antes da pandemia, o que não ocorre no momento é a junção do período de recesso de atividades acadêmicas do final do ano e as férias de verão, podendo dar a impressão de um período menor para o gozo das férias docentes. Diante da explicação da professora Elaine, a professora Rita refez seu posicionamento, entendendo que a melhor proposta para o calendário acadêmico seria parar as atividades em janeiro e retomá-las em fevereiro, continuando o segundo semestre letivo de 2021 a partir desta data. A professora Sabatha, ao consultar o referido calendário, apontou que a APROFURG se posicionou frente à Reitoria sobre o período de férias docentes, que na visão da associação estaria muito curto, pleiteando marcação de férias para o mês de janeiro, o que não foi acolhido pela Reitoria. Entende que essa discussão deva partir das unidades acadêmicas também, através do Conselho de cada unidade, não ficando apenas a cargo do COEPEA a decisão sobre a questão. Compreende que em torno de uma semana antes do início do semestre letivo, os professores já retornam em geral das férias, para prepararem o retorno às aulas, e que isso deve ser considerado quando for determinado o período de férias dos docentes, assim como a semana posterior ao final dos exames, para correção dos mesmos. A professora Elaine esclareceu que a PROGRAD, acolhendo a solicitação dos professores, em função disso, deixou duas semanas entre o final das aulas e o início do período de exames, nesse calendário emergencial. A professora Rita apontou que os cursos de Artes Visuais possuem disciplinas que não tem exames, mas explicou que esse período é usado para que os estudantes façam seus trabalhos avaliativos, sendo essa uma escolha pedagógica dos cursos. Entende que os espaços colegiados devam ser espaços de escuta, para que as questões ali levantadas sejam levadas às instâncias superiores administrativas da universidade, caso contrário, esses espaços ficam esvaziados, e as decisões acabam por serem tomadas sem serem levadas em conta as posições dos docentes, através das suas unidades acadêmicas. A professora Daniele expôs que o docente que não está em período de exames, mas não está de férias, deve estar à disposição para ser chamado para atividades administrativas e acadêmicas, dentro do que lhe cabe, portanto, o fato das disciplinas terem período de exames ou não terem não deve ser levado em conta na questão de marcação de férias. A professora Roseli informou que as falas que surgem no Conselho e dentro da unidade acadêmica, de professores, são levadas ao COEPEA, no que a professora Elaine concordou. O professor Artur ponderou que as propostas a serem levadas poderiam ser as aulas do primeiro semestre letivo de 2022 começarem em junho e as férias serem realizadas no mês de janeiro de 2022, entende que a questão pontual nesse momento é o retorno do ensino presencial em abril de 2022, que ainda é incerto, mas crê que o retorno ao presencial deveria ser híbrido e percebe que isso não acontecerá, em função da falta de legislação que ampare esse tipo de ensino nas universidades. A única solução possível no seu entendimento seria a divisão de turmas, o que esbarrará no limite de salas disponíveis, em algum momento. Entende que a ocorrência de turmas presenciais e outras remotas gerará possivelmente, havendo contaminação nas turmas presenciais, a solicitação dos alunos das aulas presenciais para aulas remotas, o que acarretará um sistema híbrido, por isso entende que esse tipo de ensino é que deveria prevalecer no retorno do ano letivo de 2022, o AVA sendo utilizado por tempo indefinido. A professora Elaine encaminhou a proposição de encerramento da reunião, sugerida pelo professor Antônio, entendendo que tudo o que foi discutido na presente reunião deva ser levado pela professora Camila e pelo professor Felipe, representantes do ILA na COMGRAD, para que possam trazer o posicionamento desta instância para a unidade, e deve ser realizado o levantamento da quantidade de

alunos represados, ou seja, que ainda devem cursar disciplinas que não foram cursadas nos semestres em que deveriam ter sido. Entende que esse período ainda é bastante incerto, pois depende de como a pandemia vai se encaminhar até abril de 2022, daí o fato da dificuldade da tomada de decisões, e que os receios se justificam, por serem motivados pela preservação da vida e da saúde de cada pessoa e da comunidade acadêmica em geral. A professora Camila informou que anotou os posicionamentos e questões expostos pelos colegas e que podem enviar e-mail para ela, caso haja novas demandas. Informou também que está aguardando que nova reunião seja marcada, compreendendo que mesmo que o tempo até abril de 2022 seja relativamente curto, deve-se lutar para que a qualificação do ensino e o bem-estar da comunidade universitária, estudantes, técnicos e docentes, prevaleça como dois dos grandes objetivos da instituição, questão que está diretamente relacionada com o que foi discutido na presente reunião. Informou que levará a questão do calendário universitário para o próximo ano letivo à próxima reunião, entendendo que está diretamente ligada à saúde mental de professores e estudantes. Colocou-se à disposição para que nova reunião seja feita no Conselho do ILA, após a próxima reunião da COMGRAD. A professora Elaine explicou que o que a direção traz para o Conselho é o que é decidido pela Reitoria, e disse que não necessariamente concorda com todas as decisões, mas que deve trazer essas informações para serem compartilhadas e debatidas com os colegas na unidade. Disse ainda que a gestão se beneficia quando novas ideias são trazidas, pois isso amplia horizontes e fomenta novas soluções para os problemas apresentados, e que as reivindicações suscitadas são levadas para a Reitoria e COEPEA. A professora Roseli endossou a fala da professora Elaine, dizendo que a gestão também está bastante cansada, e se solidariza com o momento vivido pelos colegas, falas também da professora Elaine e Camila, enfatizando que esse momento é vivido por toda comunidade acadêmica, ressaltando que a gestão faz o melhor possível, solicitando a ajuda dos colegas, no sentido de encaminharem suas posições para a gestão, que, mesmo que não sejam acatadas nas instâncias superiores, são levadas pela gestão do ILA a esses espaços. Falando com a professora Camila, disse que pode ser pensado, no futuro próximo, um calendário de reuniões para serem discutidas as questões aqui levantadas, após a reunião da COMGRAD e COEPEA, e a professora Camila ponderou que seria útil aguardar o término do período de trancamento, que vai até dia 07/01/2022, para então serem feitos esses encontros, o que foi acatado pela professora Elaine. A professora Elaine lembrou que os referidos encontros devem ser realizados a tempo de dar conta da oferta de disciplinas para o primeiro semestre letivo de 2022, e agradeceu a presença e colaboração dos presentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela professora Elaine, presidente do Conselho, e secretariada por mim, TAE Ana Claudia Borges Saraiva.

Profª Drª Elaine Nogueira da Silva

Presidente do Conselho do ILA